



VEREDAS DA HISTÓRIA

2º Semestre de 2011

Ano IV - Ed. 2 - 2011

www.veredasdahistoria.com

ISSN 1982-4238

MULHER, SINDICALISMO RURAL E RELAÇÕES DE PODER

Érika Oliveira Amorim¹

Universidade Federal de Viçosa – UFV

Ana Louise de Carvalho Fiúza²

Universidade Federal de Viçosa – UFV

Resumo: A expansão dos estudos sobre a mulher está relacionada à luta pela inserção no mercado de trabalho, aos movimentos feministas e também a novos paradigmas associados às dinâmicas das relações entre os sexos. A visibilidade da mulher rural no espaço público representa rupturas com o nosso passado patriarcal e a estrutura androcêntrica que persiste há tempos e pode contribuir para a construção de novas identidades femininas no campo. O presente trabalho pretende analisar a construção das relações de poder no âmbito da participação da mulher rural em instituições de representação coletiva, partindo do pressuposto de que a atuação política representa fator gerador de novas perspectivas de poder para trabalhadoras rurais nos âmbitos público e privado. Visa contribuir para debates acerca da inserção das mulheres nos espaços públicos e as implicações no espaço doméstico.

Palavras-chave: sindicalismo rural – empoderamento – relações de gênero

Women and rural syndicalism relations of power

Abstract: The expansion of studies on women is related to the struggle for integration into the labor market, the feminist movement and also the new paradigms associated with the dynamics of relations between the sexes. The visibility of rural women in public space is breaking with our past patriarchal and androcentric structure that persists

¹ Licenciada em História pela Universidade do Estado de Minas Gerais (FAFILE/UEMG), Mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) – E-mail: erikaoamorim@hotmail.com

² Doutora em Ciências Sociais e Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Coordenadora do Grupo de Pesquisa GERAR (Grupo de Estudos Rurais, Agriculturas e Ruralidades) - E-mail: louisefiuza@gmail.com



for some time and may contribute to the construction of new female identities in the field. This study aims to examine the construction of power relations within the participation of rural women in institutions of collective representation, on the assumption that political action is cause for new perspectives of power for rural workers in the public and private sectors. Aims to contribute to debates about the inclusion of women in public spaces and the implications in the home.

Keywords: rural unionism - Empowerment - gender relations

Introdução

Até a década de 1980 o movimento sindical rural era majoritariamente formado por homens. Nos últimos anos a participação de mulheres na direção dos sindicatos tem aumentado conjuntamente com a organização de movimentos sociais como o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e MMTR (Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais). A partir dos anos 1990 instituições como a Igreja Católica abrem espaço para discussões sobre a condição da mulher e as desigualdades de gênero, a exemplo da Campanha da Fraternidade daquele mesmo ano cujo tema foi “Deus quer homem e mulher como companheiros, iguais nos direitos porque os dois são imagem e semelhança d’Ele”. Nessa mesma década torna-se mais efetiva a participação por parte das mulheres nas direções dos sindicatos, que em maioria tiveram militância iniciada em movimentos sociais, partidos políticos, movimentos organizados pela Igreja Católica (catequeses, pastorais) ou associações de agricultores. Esse engajamento é decorrente do sindicalismo surgido na década de 1970 com a formação de lideranças católicas voltadas para a mobilização dos agricultores e do maior número de trabalhadores a fim de construir um novo sindicalismo no campo (meados dos anos 1980) rompendo com a estrutura assistencialista presente na organização dos sindicatos.

A participação de mulheres nos sindicatos tem aumentado nos últimos anos, inclusive na direção dos mesmos³. O fato de as mulheres terem ocupado cargos na

³ BONI, Valdete. Poder e igualdade: as relações de gênero entre sindicalistas rurais de Chapecó, Santa Catarina. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis: v.12, n° 1, jan/abr. 2004.



diretoria e presidência dos sindicatos não significa que não haja discriminação quanto à participação, tomadas de decisão e reivindicação por igualdade de gênero e poder haja vista a presença ainda muito forte da oposição binária dos gêneros masculino e feminino, proporcionando a dicotomização de outros conceitos como público e privado, produção e reprodução, razão e sentimento, forte e fraco e a cultura da dominação masculina⁴, presentes em nossa sociedade, alcançando instituições, organizações e sindicatos.

Procedimentos metodológicos

As buscas pela compreensão e explicação das ressignificações que têm surgido no meio rural levantam discussões sobre o papel da mulher nesse processo. O principal aspecto desta pesquisa refere-se ao trabalho teórico que se deu com aprofundamento bibliográfico sobre os principais debates acerca do empoderamento entre mulheres rurais sindicalizadas e ativistas políticas. Em conjunto com a varredura teórica, muito contribuíram as abordagens das disciplinas oferecidas pelo programa de Mestrado em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa.

Mulher rural e participação no espaço público

O mecanismo de atuação das mulheres em organismos de participação representa uma forma de reconstruir esse processo cultural de dominação masculina que ainda permeia nossa sociedade. O movimento feminista tem obtido fortalecimento com o direcionamento de movimento de mulheres voltadas para a questão rural. Segundo Fischer⁵, esses grupos discutem especialmente a condição da mulher e seu direito a terra como parceira (a mulher casada figurava como dependente do homem) e como solteira a quem era vedada a posse da terra. Paralelamente, buscam formas de organização no órgão da classe e aderem a movimentos sociais para reivindicar o direito ao acesso aos meios de produção, terra e capital.

A literatura tem-nos demonstrado que através do engajamento nos movimentos, as mulheres rurais alcançam novas significações tanto no âmbito privado quanto no

⁴ BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

⁵ FISCHER, Izaura Rufino. **O protagonismo da mulher rural no contexto da dominação**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2006.



público e essa nova posição se dá logo no momento de sua adesão. Pinto⁶ considera que a adesão pode ser pensada como um rito de passagem do mundo privado para o mundo público, colocando o sujeito frente a novas relações de poder e, conseqüentemente, de tensão no interior da família, do local de trabalho, nas relações de afeto e vizinhança. De fato, tal atitude rompe tabus e preconceitos e coloca em voga novos valores e comportamentos desafiando relações de poder, principalmente em locais resistentes à participação da mulher no espaço público. Além disso, a autora nos diz que a participação das mulheres em movimentos sociais não as torna necessariamente feministas, mas modifica sua inserção na rede de poderes de sua comunidade:

A presença da mulher, feminista ou não, é modificadora das práticas sociais, quer pela presença em si e seu explícito contraste com a presença dos homens, quer por constituir, pelo menos potencialmente, um canal de aproximação com os movimentos feministas, que tanto pode acontecer por uma mútua procura, como pelo próprio surgimento das indagações que norteiam o feminismo no interior de grupos de mulheres no sindicato, independente de qualquer contato efetivo com o feminismo organizado.⁷

Valdete Boni⁸ analisa a instauração da cota mínima de 30% de participação feminina nos sindicatos estabelecida pela CUT sob várias perspectivas e argumentos, dentre eles o que sustenta que a política de cotas pode representar uma formalidade para conquistar espaços, não significando poder. Apesar disso, considera as cotas o primeiro movimento significativo que motivou a organização das mulheres rurais no mundo sindical. A autora destaca que as mulheres agricultoras têm diferentes militâncias, que vão desde a comunidade, passando pela Igreja, até os movimentos sociais. Essas tarefas na esfera pública se acumulam com as atribuições da esfera privada, ou seja, conciliar atribuições de militância, educação dos filhos, afazeres domésticos, a criação de animais e o trabalho na lavoura, além de serem atividades tradicionalmente mais cobradas por serem consideradas atividades femininas de reprodução. A divisão sexual que predomina nas sociedades nas quais a dominação masculina permanece forte está implicada no *habitus* dos agentes.

⁶ PINTO, Céli R. Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 127-150.

⁷ PINTO, 1992.

⁸ BONI, 2004.



VEREDAS DA HISTÓRIA

2º Semestre de 2011

Ano IV - Ed. 2 - 2011

www.veredasdahistoria.com

ISSN 1982-4238

Bourdieu⁹ trata das relações de dominação a partir do conceito de *habitus*, como sistema socialmente constituído no qual a divisão entre os sexos se incorpora nos “*habitus* dos agentes” e é continuamente realimentada e reforçada em relações sociais de dominação e exploração dentro de uma organização social baseada na divisão de gênero. A noção de *habitus* internalizada pelo indivíduo na forma de comportamento corporal e esquemas de percepção e ação, representa um mecanismo estruturante na dinâmica social e na construção das categorias homem e mulher. Dessa forma, a construção social do significado de homem e mulher é entendida como efeito de uma ordem social masculina que é objetivada, inscrita na ordem das coisas, na organização da vida social e absorvida pelos atores sociais como um sistema de interpretação na rotina da divisão do trabalho e nos rituais coletivos e privados. A cultura de dominação masculina que reserva ao homem o espaço público e os cargos de direção funciona também nas instituições e sindicatos rurais.

Nessa perspectiva de dominação a divisão social dos sexos se fez legítima ao longo dos tempos. Na Europa, no começo do século XX, influenciada pelas idéias do filósofo francês Jean-Jacques Rousseau, a sociedade buscava uma definição para o espaço ocupado pelas mulheres através de uma perspectiva essencialista, na qual o diferencial entre homem e mulher se baseava no fato de que “um deve ser ativo e forte, o outro passivo e fraco”¹⁰. No Brasil não foi diferente. A mulher brasileira também deveria se restringir ao ambiente privado evitando qualquer contato com o mundo público e esse discurso recebia amplo apoio de diversos setores da sociedade (Igreja, industriais, médicos e operários). Uma das matrizes teóricas que explicam essa dominação é a teoria do patriarcado. Weber¹¹ define o patriarcado como uma situação em que a dominação econômica e familiar é exercida normalmente por uma só pessoa, uma forma de dominação fundada nas crenças, nas tradições, na autoridade, na obediência que se faz de forma espontânea, sem relação com princípios jurídicos. No Brasil, Freyre¹² faz uma análise da história patriarcal do país e aponta como um dos

⁹ BOURDIEU, 2005.

¹⁰ ROUSSEAU, J. J. **Emílio ou Da Educação**. Tradução Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1995

¹¹ WEBER, Max. **Economia y Sociedad**. Esbozo de sociología comprensiva. México: Fondo de Cultura Económica, 1977.

¹² FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 49 ed. São Paulo: Global, 2004.



vícios de nossa cultura a atmosfera da monocultura escravocrata e da família patriarcal, que interferia diretamente no mando político e estende-se a outras esferas da vida social, como a família. Sob a concepção do patriarcado a mulher é vista como patrimônio e juntamente com os bens da família, deve ser administrado pelo patriarca.

O acesso à reivindicação pela igualdade de direitos e a visibilidade da mulher rural no espaço público representa uma ruptura com nosso passado patriarcal e o movimento feminista tem ampliado discussões sobre a importância da participação da mulher no espaço público como forma de legitimar a ação política na qual somente elas serão capazes de derrubar o mecanismo de subalternidade feminina.

Inserção da mulher nas instituições de representação coletiva

Analisando a repercussão do estabelecimento de cotas para a participação das mulheres nos sindicatos, Boni¹³ pesquisou a opinião de homens e mulheres a respeito e observou que tanto entre os dirigentes homens quanto entre as dirigentes mulheres há quem concorde e quem discorde das cotas, mas todos assumem que ela é um forte instrumento de garantia para a democratização dos sindicatos, partidos políticos e demais movimentos. A assunção de mulheres na direção de sindicatos envolve mudança no *habitus* e na incorporação de outros papéis além dos que lhe são tradicionalmente atribuídos, como esposa e mãe, mas como trabalhadora politicamente atuante capaz de discutir a desigualdade de gênero e, dessa forma, entendendo e superando outras desigualdades como a redistribuição de renda e o acesso à terra e à políticas públicas voltadas para a agricultura familiar.

Transformar a mulher em sujeito coletivo atuante, através da mobilização é uma necessidade para se construir uma nova identidade da mulher rural conferindo visibilidade e participação nos processos de produção, gerando o empoderamento¹⁴.

¹³ BONI, 2004.

¹⁴ O conceito de empoderamento passou a ser utilizado, no movimento de mulheres, na II Conferência Mundial sobre as Mulheres, realizada pela ONU em 1985 na cidade de Nairóbi, no Quênia, onde aparece para designar uma estratégia conquistada por mulheres do Terceiro Mundo para mudar as próprias vidas. Em 1987, no 4º. Encontro Feminista Latino-Americano, em Taxco, no México foi iniciado um processo de movimento das mulheres na América Latina que permitiu um pensamento construtivo sobre outras formas de poder: poder para, poder com e poder de dentro (Deere e León, 2002) e atualmente, o termo tem sido usado em múltiplos sentidos, tanto na abordagem no campo ideológico de desenvolvimento quanto nas relações sociais, como econômicas, políticas e cognitivas.



VEREDAS DA HISTÓRIA

2º Semestre de 2011

Ano IV - Ed. 2 - 2011

www.veredasdahistoria.com

ISSN 1982-4238

Através dessa perspectiva o empoderamento pode ser considerado, segundo perspectivas feministas, como uma mudança radical dos processos e das estruturas que reproduzem a posição subordinada da mulher como um gênero, e no âmbito do desenvolvimento, o termo é sinônimo de participação ou integração das pessoas no planejamento e desenvolvimento¹⁵. As autoras também consideram implícita nos diferentes usos da palavra a noção de pessoas obtendo poder sobre suas próprias vidas.

É preciso destacar que a contestação dessa ruptura dominante que alimenta a invisibilidade feminina, seja no âmbito público ou no privado, pode trazer algumas conseqüências e relações de tensão na família e na comunidade. Como bem destaca Fischer¹⁶, essa contestação é encarada como desvio de identidade e mesmo com conquistas obtidas através de movimentos pode haver algum ônus em decorrência da iniciativa de implantar mudanças nas regras sociais:

*Estão inseridas no conservadorismo do mundo rural em que romper os preconceitos pode custar perdas de apoio, de afetividade, de amizades e de relacionamentos que antecederam sua própria existência, como a vinculação com os pais. (...) confrontam-se e rompem relações com os parentes mais próximos, e recebem um tratamento diferenciado na sociedade.*¹⁷

Mas é na elaboração dessas experiências que se dá o processo de construção de sujeitos inseridos no espaço coletivo. Não há mudança sem ruptura e as relações sociais estão impregnadas de valores objetivos e subjetivos nos quais, através deles, a sociedade é continuamente reelaborada e dessa forma, a ação das mulheres em movimentos de representação coletiva fornecem ferramentas para seu empoderamento capaz de expressar demandas, reivindicar direitos e ampliar sua cidadania. Assim as mulheres abrem possibilidades de ganharem visibilidade política construindo espaços de autonomia, inserindo-se nas relações de mercado, reorientando a divisão sexual do trabalho tanto no espaço privado quanto no público dividindo com o marido a condição de provedor do lar, conquistando pequenos espaços de liberdade para fazer escolhas, expor opiniões, traçando metas, reconstruindo identidades.

¹⁵ DEERE, Carmen D.; LEÓN, Magdalena. **O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

¹⁶ FISCHER, 2006.

¹⁷ FISCHER, 2006, pp.16.



Reflexões finais

Embora ainda tenha um caminho a ser percorrido, as mulheres têm conquistado avanços em termos de participação nos espaços públicos. Algumas medidas vêm surgindo para melhorar as condições de vida das trabalhadoras rurais e tais medidas representam respostas às inúmeras reivindicações feitas através de movimentos sociais de mulheres rurais em suas diferentes formas de manifestação e organização.

Pesquisas voltadas para o questionamento das desigualdades de gênero e inserção das mulheres no espaço público tem demonstrado que o engajamento em movimentos sociais abre espaço para o processo de ressignificação de sua posição nas relações familiares, matrimoniais, comunitárias, no espaço público, rompendo estruturas patriarcais impregnadas em nossa sociedade. Esses mecanismos proporcionam à mulher a reconstrução de sua identidade, facilitando a superação de conflitos, desenvolvendo novas perspectivas, valores e relações sociais, questionando a visão subalterna nas relações de gênero.

Assim, as mulheres rurais se constituem como sujeitos de transformação das estruturas objetivas e subjetivas da realidade, tornando-se condutoras de suas próprias vidas, incorporando novos valores, tradições e formas de vida, abrindo caminho para uma nova concepção de gênero, intervindo no processo histórico.

Bibliografia

- BONI, Valdete. Poder e igualdade: as relações de gênero entre sindicalistas rurais de Chapecó, Santa Catarina. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis: v.12, n ° 1, jan/abr. 2004.
- BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- DEERE, Carmen D.; LEÓN, Magdalena. **O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.
- FISCHER, Izaura Rufino. **O protagonismo da mulher rural no contexto da dominação**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2006.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 49 ed. São Paulo: Global, 2004.
- PINTO, Céli R. Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). **Uma**



VEREDAS DA HISTÓRIA

2º Semestre de 2011

Ano IV - Ed. 2 - 2011

www.veredasdahistoria.com

ISSN 1982-4238

questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

ROUSSEAU, J. J. **Emílio ou Da Educação.** Tradução Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

WEBER, Max. **Economia y Sociedad.** Esbozo de sociología comprensiva. México: Fondo de Cultura Económica, 1977.



www.veredasdahistoria.com